

## CERTIDÃO

### CERTIDÃO DE TRANSFERÊNCIA E/OU COMPARTILHAMENTO DE RESPONSABILIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste Mineiro, no uso de suas atribuições, com suporte no art. 8º da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, bem como no art. 23 do Decreto Estadual nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, atesta a TRANSFERÊNCIA da Licença Ambiental LAS CADASTRO nº **130/2023** e das obrigações dela advindas, referente ao empreendimento RAIMUNDO GONÇALVES MENDES.

A TRANSFERÊNCIA da licença supracitada, envolve, na condição de transmissor ou de receptor, as PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA abaixo identificadas:

Informações do(s) transmissor (es):

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	RAIMUNDO GONÇALVES MENDES	925.931.356-20	INTEGRAL

Informações do(s) receptor(es):

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	RAIMUNDO GONÇALVES MENDES ARGILA	44.456.833/0001-37	INTEGRAL

O Termo de compartilhamento e/ou transferência de responsabilidade de licença ambiental que instruiu o pedido que resultou na emissão da presente certidão foi apresentado pelo responsável legal das pessoas jurídicas constantes do Requerimento, Raimundo Gonçalves Mendes, CPF nº 925.931.356-20 (transmissor e receptor) e se encontra disponível para consulta no Processo SEI nº 2090.01.0003148/2025-38.

Este documento assegura ao(s) novo(s) responsável(eis) a isenção das taxas relativas à emissão de 2ª via de certificado da licença ambiental, tão logo a funcionalidade de alteração de titularidade esteja disponível no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.



Documento assinado eletronicamente por **Lirriet de Freitas Libório Oliveira**, **Chefe Regional**, em 02/04/2025, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **110805879** e o código CRC **6F1FA28F**.

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/CSET - SEJUSP/PAD Nº 125/2025  
 Processo Administrativo Disciplinar. Processados: J.G.P. MaSP 1.XX6.X91-1 e M.A.C.S. MaSP 1.XX8.X34-4, Policiais Penais. Comissão Processante: Presidente: Joelson Fontes Dias; Membros: Luciana Cotta Vilela e Elitira Alvino Amaral.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/CSET - SEJUSP/PAD Nº 126/2025  
 Processo Administrativo Disciplinar. Processado: P.J.G. MaSP 1.XX0.X29-4, Policial Penal. Comissão Processante: Presidente: Joelson Fontes Dias; Membros: Luciana Cotta Vilela e Elitira Alvino Amaral.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/CSET - SEJUSP/PAD Nº 127/2025  
 Processo Administrativo Disciplinar. Processados: G.M.L. MaSP 1.XX6.X41-6 e M.S.O. MaSP 1.XX3.X26-7, Policiais Penais. Comissão Processante: Presidente: Joelson Fontes Dias; Membros: Luciana Cotta Vilela e Elitira Alvino Amaral.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 2061109 - 1

ATO 322, DE 01 DE ABRIL DE 2025  
 OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 322/2025 - REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores:  
 MASP 13722780, BRUNA ESTEFANIA CARVALHO DA COSTA, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 27/03/2025.  
 MASP 12135042, CELSO MARTINS SANTOS, PP - POLICIA PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 25/03/2025.  
 MASP 15346653, ALICIA MARICEL OLIVEIRA RAMOS, EPPGG - ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL, Nível I, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 28/03/2025.  
 MASP 12829701, NILMAIER CORDEIRO ASSUNCAO, PP - POLICIAL PENAL, Nível III, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-6, a partir de 26/03/2025.  
 MASP 11916038, BARBARA KESSYA DE SOUZA CORREA DANTAS, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 26/03/2025.  
 MASP 12109690, SAULO VINICIO DE CASTRO, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-7, a partir de 27/03/2025.  
 MASP 14526024, CAMILA EVANGELISTA CARVALHO, PP - POLICIAL PENAL, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 26/03/2025.  
 MASP 11425352, LEANDRO LINO DOS SANTOS LANDIM, PP - POLICIAL PENAL, Nível V, Grau F, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-7, a partir de 26/03/2025.  
 MASP 14528558, MARCELO DIAS DE JESUS, PP - POLICIAL PENAL, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 17/03/2025.  
 MASP 14366389, EULER CHARLES SANTOS, PP - POLICIAL PENAL, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-6, a partir de 27/03/2025.  
 MASP 11537073, RODRIGO SILVA PIMENTEL, PP - POLICIAL PENAL, Nível III, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-7, a partir de 26/03/2025.

Ana Louise de Freitas Pereira  
 Superintendente de Recursos Humanos  
 Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 2060674 - 1

DESPACHO  
 O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020, considerando o que consta no Processo Administrativo Simplificado instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PDS Nº 055/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 12 de outubro de 2022, bem como no Parecer nº 101/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025, decide converter o ato de desligamento em penalidade DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO aos processados CARLOS FILIPE OLIVEIRA ALVES - MaSP 1.486.520-8, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Policial Penal, admissão 2, e EVANILDO GONCALVES DUARTE ANTONIO - MaSP 1.492.160-5, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Policial Penal, admissão 1, lotados na Penitenciária de Ribeirão das Neves I - José Maria Alkimin, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, art. 246, inciso I, e art. 250, inciso IV, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e do advogado Daniel Teixeira de Miranda Machado OAB/MG 211.908. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO  
 O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 601/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 8 de dezembro de 2022, bem como no Parecer nº 174/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade de REPREENSÃO ao processado EDSON SANTOS - MaSP 1.445.642-0, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado na Penitenciária de Uberaba I - Professor Aluizio Ignácio de Oliveira, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso I, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, caput, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO  
 O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por DANIEL SANTOS NUNES - MaSP 1.453.005-9, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 408/2021, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 5 de março de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 200/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e da Consultora Especialista em Processo Administrativo Disciplinar Suelia Rodrigues de Souza RG 11681675 SSP/MT. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 441/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 22 de setembro de 2022, bem como no Parecer nº 165/CGE/CSet\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de LUIS CARLOS GRACILIANO SILVA - MaSP 1.268.965-9, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, lotado no Presídio de Barão de Cocais I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Gabriel Cândido Rodrigues Soares OAB/MG 120.029. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PDS Nº 025/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 8 de junho de 2023, bem como no Parecer nº 206/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ABSOLVE a processada CARLA CRISTINA SALES E SILVA - MaSP 1.362.882-1, desligada do contrato de trabalho temporário no cargo de Assistente Executivo de Defesa Social, admissão 1, lotada no Presídio de Ribeirão das Neves I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 262/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 8 de junho de 2023, bem como no Parecer nº 210/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ABSOLVE a processada MIRIA SANTOS CARVALHO RIBEIRO - MaSP 1.307.103-0, ocupante do cargo de Assistente Executivo de Defesa Social, admissão 2, lotada no Presídio de Ribeirão das Neves I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PDS Nº 113/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 2 de outubro de 2020, bem como no Parecer nº 197/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de JULIO SOARES FILHO - MASP 1.251.304-0, desligado contrato de trabalho temporário no cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Presídio Inspetor José Martinho Drumond à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 289/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 19 de julho de 2022, bem como no Parecer nº 793/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD PROC./2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de CLABSON LANA DA COSTA - MaSP 1.239.259-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, MARCELO ANTONIO RAMOS FERREIRA - MaSP 1.241.304-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, e RAONE ALVES BORGES DE PINHO - MaSP 1.447.562-8, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotados na Penitenciária de Ponte Nova I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e dos advogados José Antônio de Alvarenga OAB/MG 148.178 e Jéssica Tatiely Coury Cotta OAB/MG 200.186. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 600/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 8 de dezembro de 2022, bem como no Parecer nº 201/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 15 (quinze) dias ao processado PAULO MAURICIO CARVALHO SILVA - MaSP 1.450.231-4, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Presídio Mariana I, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, inciso IV, c/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do defensor dativo Washington Souza Santos – MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 627/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 16 de dezembro de 2022, bem como no Parecer nº 208/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 90 (noventa) dias aos processados ELIAS SOARES - MaSP 1.236.337-0, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, EDSON ALVES MACIEL - MaSP 1.355.380-5, ocupante do cargo de Policial Penal,

admissão 2, BRUNO EMERICK DA MOTA - MaSP 1.381.177-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, RAONE ALVES BORGES DE PINHO - MaSP 1.447.562-8, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, DEJAIR MONTEIRO - MaSP 1.236.576-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, e MAURO NEI SANTOS SOUZA - MaSP 1.453.624-7, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotados no Presídio de Manhuaçu I, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e do(a) advogado(a) José Antônio de Alvarenga OAB/MG 148.178. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PDS Nº 080/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de julho de 2020, bem como no Parecer nº 111/CGE/CSet\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de FERNANDO PEREIRA ALVES – MASP 1.146.079-7, desligado contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, e MARCOS GERALDO DA SILVA – MASP 1.361.218-9, desligado contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, lotados no Centro Socioeducativo Santa Helena, à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e do advogado Marcos Vinicius Alves Silva OAB/MG 154.081. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por RICARDO APARECIDO LOURENCO - MaSP 1.388.965-4, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 467/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 15 de novembro de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 147/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e da advogada Suelen Janisse dos Santos da Silva OAB/RJ 202.463. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por LUIZ CLAUDIO MARQUES ROSA - MaSP 1.436.106-7, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 362/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 7 de janeiro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 156/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Matheus Martins Bastos OAB/MG 203.175. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 2 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 2061015 - 1

DESPACHO DE RETIFICAÇÃO

O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 219 da Lei Estadual nº 869/1952 c/c a Lei nº 24.313/2023 em cumprimento a decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 5001043-20.2023.8.13.0396, RETIFICA o Despacho de Anulação publicado em 12/07/2024. Onde se lê: "ANULAO ato administrativo que aplicou a penalidade de suspensão de 40 (quarenta) dias ao servidor Michael Batista Calazans de Freitas- Masp 1.240.737-5, e 30 (trinta) dias aos servidores Edson Carlos Veronesi - Masp 1.386.159-6, Bruno Pereira Saar - Masp 1.439.149-4 e Vanderlei Cardoso da Silva - Masp 664.037-9", leia-se: "ANULAO ato administrativo que aplicou a penalidade de suspensão de 45 (quarenta cinco) diasao servidor Neimar Fantini Marinho - Masp 1.375.714-1; 40 (quarenta) dias de suspensão ao servidor Michael Batista Calazans de Freitas - Masp 1.240.737-5 e 30 (trinta) dias de suspensão aos servidores Edson Carlos Verones – Masp 1.386.159-6, Bruno Pereira Saar - Masp 1.439.149-4 e Vanderlei Cardoso da Silva - Masp 664.037-9".

Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

02 2060855 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Guilherme Rasmussen Codinhoto, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA/ NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 003/2024, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 12 de janeiro de 2024, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, INTIMA o Policial Penal, ITALO CORDEIRO C. ALVES - MASP 1.339.xxx-4, durante 08 (oito) períodos consecutivos, o processado abaixo relacionado pelo presente mandado, para querendo comparecer à audiência das testemunhas a ser realizada em 22/05/2025 (quinta-feira) às 14h00 e 14h30min, bem como para seu INTERROGATÓRIO que será realizado também no dia 22/05/2025 (quinta-feira) às 15h00 por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do Google Meet no link (https://meet.google.com/yqh-fjxa-iyq), ficando a comissão à disposição através do endereço de e-mail: nucasl3@gmail.com, para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica o processado ciente que poderá constituir procurador para acompanhar as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988.

Barbacena, 28 de março de 2025

Guilherme Rasmussen Codinhoto

Masp.: 1.379.045-6

Presidente da Comissão

28 2058971 - 1

# Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

## Expediente

RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3.354, DE 1º DE ABRIL DE 2025

Designa Comissão Processante para apurar possível descumprimento do contrato n.º 9321166/2022, celebrado entre a Semad e a Level 33 Comércio e Serviço de Tecnologia Ltda., cujo objeto consiste na prestação de serviços de software, solução de gestão e fiscalização ambiental, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e tendo em vista o disposto no inciso I do item 3.3.6 da Instrução Normativa nº. 001, de 19 de dezembro de 2017 e,

Considerando o cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº. 8.666/1993, Lei Estadual nº. 14.184/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001 e Decreto Estadual nº. 45.902/2012;

Considerando o Ato Semad/Sefis nº 106592924, de 31 de janeiro de 2025, que determina a instauração do Processo Administrativo Punitivo nº. 1370.01.0002282/2025-45, para apurar supostas irregularidades descritas na Nota Técnica nº 1/SEMAD/DEFIS/2025,elaborado pela Diretoria de Estratégia em Fiscalização da Semad, tendo em vista o descumprimento da Lei 8.666/93, praticado pela empresa Level 33 Comércio e Serviço de Tecnologia Ltda., inscrita no CNPJ: 09.078.124/0001-64;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Comissão Processante, composta pelos membros a seguir relacionados, presidida pelo primeiro, para analisar e apurar os fatos e as possíveis irregularidades praticadas pela sociedade empresária Level 33 Comércio e Serviço de Tecnologia LTDA., na vigência do contrato n.º 9321166/2022, cujo objeto consiste na na prestação de serviços de software, solução de gestão e fiscalização ambiental, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência:

I - Júlio Cesar Borges Belico - Masp 1.395.830-1;

II - Constança Sales Varela de Oliveira Martins Carneiro - Masp 1.344.812-1;

III - Paulo André dos Santos Nunes - Masp 1.377.853-5.

Art. 2º. A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da defesa ou após o decurso do prazo para a sociedade empresária apresentá-la, para emitir Relatório Final dos fatos, conforme disposto no item 3.4.4.9.1 da Instrução Normativa 001/2017 (1370.01.0000009/2017-39).